

Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

4.º trimestre 2021

Cenário sem PRR

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados
2. Indicadores Económico-Financeiros
3. Indicadores Comerciais
4. Investimentos
5. Eficiência Operacional
6. Efeitos e Medidas na Crise Pandémica Covid-19

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre						Acumulado	
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.	
Rédito de contratos com clientes	mEur	20 691	20 682	20 653	20 650	82 676	83 460	82 718 ▼	
Rédito de construção em ativos concessionados	mEur	3 980	5 506	7 129	4 794	21 408	17 088	37 827 ▼	
Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos	mEur	-2 722	-3 183	-1 294	-2 671	-9 870	-10 847	5 229 ▼	
Gastos de construção em ativos concessionados	mEur	-3 980	-5 506	-7 129	-4 794	-21 408	-17 088	-37 827 ▲	
Custo das vendas/variação inventários	mEur	- 838	- 954	-1 151	- 758	-3 700	-3 296	-3 440 ▼	
Margem Bruta	mEur	17 132	16 545	18 208	17 221	69 106	69 316	84 507 ▼	
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-7 423	-7 652	-8 479	-8 621	-32 176	-30 136	-35 645 ▲	
Gastos com pessoal	mEur	-3 118	-2 772	-2 714	-2 835	-11 439	-11 273	-13 689 ▲	
Amortizações	mEur	-5 172	-5 184	-5 188	-5 156	-20 700	-19 887	-24 492 ▲	
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	735	0	0	735	- 860	0 ▲	
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 172	- 218	- 418	- 413	-1 221	- 685	- 699 ▼	
Subsídios ao Investimento	mEur	1 189	1 187	1 189	1 190	4 755	4 749	4 732 ▲	
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	55	24	185	28	291	97	66 ▲	
Resultados Operacionais	mEur	2 490	2 666	2 783	1 412	9 352	11 322	14 780 ▼	
Gastos Financeiros	mEur	-1 455	-1 489	-1 425	-1 411	-5 779	-6 475	-6 016 ▲	
Rendimentos Financeiros	mEur	0	0	0	2	2	435	168 ▼	
Resultados Financeiros	mEur	-1 455	-1 489	-1 425	-1 408	-5 777	-6 040	-5 848 ▲	
Resultados Antes de imposto	mEur	1 035	1 177	1 358	4	3 575	5 282	8 932 ▼	
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 178	- 195	- 426	974	175	-1 547	-2 364 ▲	
Resultado Líquido do Exercício	mEur	857	982	933	979	3 750	3 735	6 568 ▼	

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre						Acumulado	
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.	
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	5 211	5 850	4 077	4 084	19 222	22 170	9 551	
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	9 194	9 111	8 076	8 050	34 431	38 167	29 311	
Margem EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾⁽²⁾	%	44,4%	44,1%	39,1%	39,0%	41,6%	46,0%	35,4%	
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾	%	181,9%	184,2%	195,0%	201,1%	201,1%	169,9%	266,0%	

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Retificação a março/2021.

INTRODUÇÃO

Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 4º trimestre de 2021, cenário sem PRR, constantes do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), para o triénio 2021-2023, submetido a aprovação da Tutela em 9/11/2020 e aprovado em reunião de Assembleia Geral de 18/03/2021.

O PAO2021 inclui dois cenários de atividade diferenciados pelos investimentos e gastos associados. O cenário (sem PRR) é relativo ao desenvolvimento da atividade de acordo com o Contrato de Concessão (CC).

O outro cenário (com PRR) prevê a realização de investimentos adicionais se estes forem enquadráveis no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Considerando que o PAO2021 foi aprovado pela Tutela Setorial a 18/11/2021, para a atividade prevista em CC, a análise orçamental é apresentada em conformidade.

RESULTADO LÍQUIDO (RL)

3,8 M€

O Resultado Líquido ascende a 3,8M€, correspondendo à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT no período, acrescida do prémio de risco.

Comparativamente ao previsto no PAO apura-se um RL inferior devido ao facto da taxa das obrigações do tesouro a 10 anos em 2021 mais o respetivo spread (3,30%) ser menor do que a prevista em orçamento (5,70%).

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.º Trimestre 2021 (sem PRR)

RESULTADO LÍQUIDO (continuação)

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe comparativo do apuramento da remuneração acionista no período e no orçamento.

REMUNERAÇÃO ACIONISTA 4T2021		Real	PAO
Capital Social	mEur	113 528	113 528
Reserva Legal até aprovação aplicação resultados 2020	mEur	833	619
Reserva Legal após aprovação aplicação resultados 2020	mEur	1 020	1 145
Capital a remunerar	mEur	114 548	114 673
Taxa de remuneração do capital acionista (OT +Prémio risco)	%	3,30%	5,70%
Acerto ao desvio de recuperação de gastos de 2020	mEur	28	-
Remuneração do ajustamento ao desvio de 2019 refletido no RL2020	mEur	0,5	-
Remuneração	mEur	3 750	6 568

EFICIÊNCIA PRODUTIVA

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), gerado pelas operações, cujos gastos devem corresponder ao cenário de eficiência produtiva previamente estabelecido pela ERSAR, mediante a definição de métricas.

A eficiência produtiva de 2020 teve como decisão final a correção de cerca de 38k€ (valor bruto), nos gastos com o custo das vendas (reagentes).

Em 2021 atingiu-se o RL sem o efeito do desvio no valor de 11,0M€ e um DRG superavitário de 9,9M€. Em orçamento o DRG apresenta-se deficitário devido à previsão de mais gastos (FSE, Gastos com Pessoal e Amortizações) e também devido ao facto da taxa de remuneração acionista prevista ser superior à efetiva.

A 28/02/2022 o Regulador emitiu o projeto de decisão sobre o DRG de 2021, que visa um ajustamento de 5,4M€ por inaceitação de gastos incorridos. A AdTA vai apresentar contraditório, pelo que à data da aprovação das contas não existe uma tomada de decisão definitiva sobre o valor do DRG do ano.

Contudo, as diversas questões colocadas sobre os gastos de exploração apontam para a apresentação de fundamentação detalhada em sede de audiência prévia, considerando-se que as evidências permitirão justificar os gastos adicionais incorridos, à semelhança do verificado em exercícios anteriores.

Nesse sentido, o eventual ajustamento final ao DRG de 2021 não é tido como materialmente relevante, sendo por isso convicção da Administração que o DRG relevado nas contas é a melhor estimativa na presente data.

RÉDITO/ GASTOS DE CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS

A Tejo Atlântico aplica o disposto no IFRIC 12, no que concerne ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício.

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. Como o investimento regista uma contração significativa face ao previsto, o valor do rédito/gastos dos serviços de construção apresenta a mesma tendência, o que justifica a variação negativa de 43% para o orçamentado.

RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

82,7 M€

A Prestação de Serviços registada iguala praticamente o valor orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, tais como o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

EBITDA

EBITDA 4T2021		Real	PAO
Resultado Operacional (EBIT)	mEur	9 352	14 780
Depreciações	mEur	-20 700	-24 492
Provisões e reversões do exercício	mEur	735	0
EBITDA	mEur	29 316	39 272
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-9 870	5 229
Subsídios ao investimento	mEur	4 755	4 732
EBITDA Ajustado	mEur	34 431	29 311

O EBITDA ascendeu a 34,4 M€ o que representa uma variação positiva de 5,1M€ (+17%) para o orçamento.

O resultado operacional apresenta uma variação negativa de 5,4M€ (-37%) para o orçamento, devido ao efeito da diminuição dos proveitos operacionais (-14.2M€), compensada pela redução dos gastos operacionais (8,7M€).

A variação dos proveitos deve-se na maioria ao DRG, que no orçamento é deficitário em 5,2M€, tendo sido apurado um superavit no ano, no valor de 9,9 M€.

Adicionalmente, o desvio no rédito de construção em ativos concessionados (IFRIC12) contribui para reforçar a diminuição dos proveitos devido à realização de investimento abaixo do previsto.

Na base da variação dos gastos tem-se essencialmente a redução de fornecimentos e serviços externos (FSE), gastos com pessoal e depreciações e amortizações.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.º Trimestre 2021 (sem PRR)

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		R 4T2021	H 4T2020	O 4T2021
Gastos totais	mEur	32 238	30 136	35 645
Capitalizações	mEur	-	-	-
Subsídios à exploração	mEur	-61	-	-
FSE no período	mEur	32 176	30 136	35 645
Gastos COVID	mEur	1 245	731	537
FSE sem o efeito dos gastos COVID	mEur	30 932	29 405	35 108

R-Real, H-Homólogo, O-Orçamento.

Em termos globais, os FSE incorridos são inferiores ao orçamentado em 3,5M€ (-10%) e apresentam um aumento de 7% para o período homólogo.

O crescimento face ao período homólogo (2,0M€), resulta maioritariamente do aumento dos gastos com: conservação e reparação, tratamento de resíduos e efluentes, trabalho temporário, segurança, desinfeção e limpeza das instalações.

O aumento em conservação e reparação deve-se à manutenção do esforço de recuperação do défice de manutenção e conservação das infraestruturas de anos anteriores, com ênfase na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e de baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva.

O aumento do trabalho temporário justifica-se pela necessidade de reorganização de equipas, constituição de equipas em espelho e desfasadas, para garantir distanciamento e cumprimento das orientações emitidas pelo Governo e pela DGS, o que não seria possível com recurso exclusivamente a meios internos, uma vez que a empresa tem carência de recursos humanos em geral, e na área operacional em particular, aguardando-se a aprovação orçamental de novas admissões propostas no PAO2021.

No ano foram gastos em FSE 1,2M€ devido à COVID, tendo-se como mais representativos; a desinfeção de instalações (342k€), o trabalho temporário e os trabalhos especializados (840k€).

O acréscimo de gastos registados face ao previsto decorre essencialmente do incremento com trabalho temporário.

GASTOS COM PESSOAL

GASTOS COM PESSOAL		R 4T2021	H 4T2020	O 4T2021
Gastos totais	mEur	12 498	12 603	14 752
Capitalizações	mEur	-913	-1 007	-1 063
Subsídios à exploração	mEur	-146	-323	-
GP no período	mEur	11 439	11 273	13 689
Gastos COVID	mEur	388	481	460
GP sem o efeito dos gastos COVID	mEur	11 052	10 792	13 229

R-Real, H-Homólogo, O-Orçamento.

Os Gastos com Pessoal no total de 11,4M€, apresentam-se 16% abaixo do previsto. Esta situação tem subjacente a variação do *headcount*. Na aprovação do PAO2021, ocorrida a 18/01/2021 foram autorizadas 15 admissões, das quais 13 foram concretizadas no ano. O facto da autorização ter sido parcial e tardia, leva a que se mantenha um desvio substancial.

No ano foram capitalizados serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos no total de 913k€ e deduzidos subsídios à exploração no valor de 146k€.

No que respeita à COVID, registaram-se 388k€ em gastos com pessoal, maioritariamente associados a equipamentos de proteção e segurança e a trabalho suplementar, que inclui a remuneração adicional de 2 horas ao período normal de trabalho, abrangendo todos os trabalhadores das carreiras profissionais de Técnico e de Técnico Operativo, das áreas operacionais de manutenção, de operação/exploração e de laboratório, os trabalhadores com funções de Supervisão de Equipas e aqueles que por necessidade da empresa tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água ou em serviço externo, que auferiram uma remuneração base mensal entre os 677€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês. Esta remuneração suplementar foi atribuída durante o estado de emergência.

Neste quarto trimestre, apesar da melhoria da situação pandémica desde o Verão, verificou-se uma tendência de agravamento com o Inverno, com adoção de novas medidas cujo impacto nos gastos COVID será mais relevante em 2022.

Em termos comparativos com a verba orçamentada para COVID, apurou-se um desvio favorável de 7%.

RESULTADO FINANCEIRO

(5,8) M€

O resultado financeiro é negativo em 5,8 M€ sendo composto apenas por gastos na sua maioria decorrentes de juros dos empréstimos BEI. Saliencia-se que não se registaram rendimentos financeiros no período devido à não utilização da linha de crédito pela AdP.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

4.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre						Acumulado	
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.	
Ativos não correntes	mEur	495 781	497 698	501 028	499 946	499 946	498 593	526 870	▼
Ativo intangível	mEur	441 571	443 035	446 124	443 008	443 008	441 616	455 145	▼
Ativo fixo tangível	mEur	213	215	207	362	362	176	425	▼
Ativo sob direito de uso	mEur	871	757	637	515	515	989	2 117	▼
Desvios de recuperação gastos ativo	mEur	225	0	0	0	0	2 947	13 168	▼
Fundo reconstituição capital	mEur	15	17	18	20	20	13	10	▲
Impostos diferidos ativos	mEur	52 814	53 610	53 982	55 988	55 988	52 773	56 007	▼
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	72	64	60	52	52	79	0	▲
Ativos correntes	mEur	107 666	104 677	101 625	96 035	96 035	111 866	78 436	▲
Inventários	mEur	1 967	2 022	2 194	2 270	2 270	1 852	1 230	▲
Clientes	mEur	15 857	13 951	14 011	10 812	10 812	11 814	17 003	▼
Disponibilidades	mEur	87 223	86 115	83 082	80 409	80 409	96 163	56 036	▲
Outros ativos correntes	mEur	2 620	2 589	2 339	2 544	2 544	2 037	4 167	▼
Total do Ativo	mEur	603 447	602 374	602 653	595 981	595 981	610 460	605 306	▼
Capital Social	mEur	113 528	113 528	113 528	113 528	113 528	113 528	113 528	=
Ações próprias	mEur	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	- 2 521	-	▼
Reservas e outros ajustamentos	mEur	1 020	1 020	1 020	1 020	1 020	833	1 145	▼
Resultados transitados	mEur	0	0	0	0	0	0	0	=
Resultado líquido	mEur	857	1 839	2 771	3 750	3 750	3 735	6 568	▼
Total do Capital Próprio	mEur	112 883	113 865	114 798	115 776	115 776	115 575	121 241	▼
Passivos não Correntes	mEur	461 064	458 037	457 353	450 995	450 995	463 605	451 554	▼
Provisões	mEur	735	0	0	0	0	860	0	=
Financiamentos obtidos	mEur	198 996	194 112	192 567	187 661	187 661	200 542	188 577	▼
Passivos por locação	mEur	367	291	237	61	61	426	1 646	▼
Subsídios ao investimento	mEur	124 831	123 748	122 559	121 389	121 389	125 714	121 040	▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	119 689	120 699	121 708	118 808	118 808	118 679	119 949	▼
Outros passivos não correntes	mEur	16 445	16 229	16 031	16 152	16 152	17 384	20 343	▼
Desvio de recuperação de gastos passivo	mEur	0	2 958	4 252	6 923	6 923	0	0	▲
Passivos Correntes	mEur	29 500	30 473	30 502	29 209	29 209	31 280	32 511	▼
Financiamentos obtidos	mEur	11 742	12 741	12 862	13 365	13 365	11 621	12 499	▲
Passivos por locação	mEur	447	437	398	366	366	479	468	▼
Outros passivos correntes	mEur	17 310	17 295	17 242	15 478	15 478	19 179	19 544	▼
Total do Passivo	mEur	490 563	488 509	487 855	480 204	480 204	494 885	484 065	▼
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	603 447	602 374	602 653	595 981	595 981	610 460	605 306	▼

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre						Acumulado	
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.	
Capital Empregue⁽¹⁾	mEur	396 076	394 543	395 610	389 394	389 394	397 746	382 581	
Autonomia Financeira	%	19%	19%	19%	19%	19%	19%	20%	
Liquidez Geral	n.º	3,6	3,4	3,3	3,3	3,3	3,6	2,4	
Solvabilidade	n.º	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	
Fundo de Maneio	mEur	78 166	74 204	71 123	66 825	66 825	80 586	45 925	
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue⁽¹⁾	%	1,3%	1,5%	1,0%	1,0%	4,9%	5,5%	2,5%	
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	0,8%	0,9%	0,8%	0,8%	3,3%	3,3%	5,4%	
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,6%	0,6%	1,1%	

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

O Ativo total atingiu os 596,0M€, representando o ativo intangível bruto um total de 916,1 M€.

O ativo intangível previsto alcançar em 2021 era de 933,0M€, verificando-se uma redução de 16,9M€ justificada pelo desvio no investimento realizado no período (17,5M€), deduzido da diferença de 0,6M€ entre o investimento estimado no fecho do exercício orçamental e o valor efetivo alcançado no encerramento de 2020.

O desvio de recuperação de gastos deficitário foi recuperado no 2.º trimestre do ano, apurando-se um superavit de 6,9M€, que representa uma evolução positiva e significativa para o orçamentado. A aceleração da recuperação do desvio face ao previsto resulta da evolução favorável do superavit no período, coadjuvado pela variação positiva ocorrida entre a estimativa de fecho de 2020 (7,9M€), e o fecho de 2020 (2,9 M€).

A dívida de Clientes apresenta uma evolução favorável, para o homólogo e orçamentado com uma redução de 11 dias face ao PMR previsto.

A decomposição do saldo de Clientes é a seguinte:

1. Ativo não corrente	52
Acordos de pagamento (não corrente)	52
2. Ativo corrente	10 216
Clientes municipais	10 128
Clientes privados	59
Acordos de pagamento (corrente).....	29
3. Saldos credores trf. p/ passivo	596
Total (1)+(2)+(3)	10 865

As Disponibilidades apresentam uma variação positiva para o orçamentado, resultante da não utilização pela Holding da linha de crédito acordada, bem como da contração do investimento previsto.

Os outros ativos correntes no total de 2,5 milhões de euros são compostos maioritariamente por Devedores

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

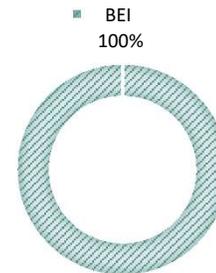
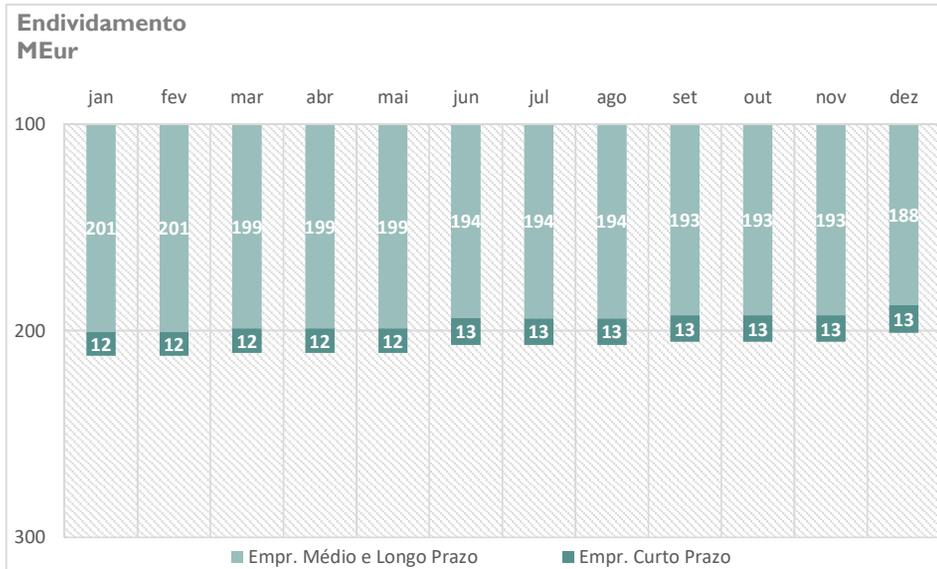
4.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	210 739	206 853	205 429	201 026	201 026	212 164	201 075
Médio e Longo Prazo	mEur	198 996	194 112	192 567	187 661	187 661	200 542	188 577
BEI	mEur	200 109	195 200	193 631	188 700	188 700	201 679	189 762
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 112	-1 088	-1 064	-1 039	-1 039	-1 136	-1 185
Curto Prazo	mEur	11 742	12 741	12 862	13 365	13 365	11 621	12 499
BEI	mEur	11 742	12 741	12 862	12 978	12 978	11 621	12 499
Juros a liquidar	mEur	0	0	0	387	387	0	0

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	210 739	206 853	205 429	201 026	201 026	212 164	201 075
Debt to equity	%	187%	182%	179%	174%	174%	184%	166%
Net Debt - Endividamento líquido⁽¹⁾	mEur	123 501	120 721	122 329	120 597	120 597	115 987	113 030
Net Debt to EBITDA⁽¹⁾	n.º	3,4	3,3	3,5	3,5	3,5	3,0	1,0
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	52	52	49	49	49	51	60,0
PMP - Prazo Médio de Pagamentos⁽²⁾	dias	35	29	27	25	25	40	37,8

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Período homólogo recalculado.



A variação para o orçamento deve-se essencialmente à estimativa de valores a receber do Estado.

No capital próprio está reconhecida a aplicação de resultados de 2020, deliberada em Assembleia Geral de março de 2021, que aprovou aumento da Reserva Legal em 0,2M€ e a distribuição de Dividendos no valor de 3,5M€.

Em provisões está reconhecida a reversão da provisão constituída em 2020, relativa a juros previstos pagar no âmbito da ação intentada pela Massa Insolvente do fornecedor ASIBEL, por ter sido celebrado acordo judicial com a Massa Insolvente da Asibel.

O montante reconhecido em acréscimos de custos tem uma variação negativa de 4%, devido ao menor valor do investimento concretizado no período.

Os outros passivos não correntes no valor de 16,2M€ são maioritariamente formados por impostos diferidos passivos, cuja redução face ao previsto decorre essencialmente da evolução favorável do desvio de recuperação de gastos.

Os outros passivos correntes no total de 15,5M€ são constituídos por dívidas a fornecedores e outros credores e por dívidas ao Estado.

DÍVIDA FINANCEIRA 205,4 M€

O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No trimestre foram amortizados 4,8M€ de dívida, perfazendo um total de 11,6M€ no ano.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 122,3 M€

A formação do Endividamento Líquido engloba o conjunto de disponibilidades existentes.

3. INDICADORES COMERCIAIS

4.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,5	45,4	45,4	45,4	181,6	181,8	181,7
Volume de atividade - saneamento	Mm ³	45,5	45,4	45,4	45,4	181,6	181,8	181,7
Volume de Negócios⁽¹⁾	mEur	20 691	20 682	20 653	20 650	82 676	83 460	82 718
Volume negócios - saneamento	mEur	20 691	20 682	20 653	20 650	82 676	83 460	82 718
Dívidas de Utilizadores								
Dívida total ⁽²⁾	mEur	14 887	13 129	13 329	10 269	10 269	10 909	17 003
Dívida vencida total	mEur	689	1 004	1 869	590	590	604	0
Acordos de pagamento ⁽³⁾	mEur	581	369	225	81	81	820	0
Injunções	mEur	0	0	0	0	0	0	0

¹ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

² Corresponde à dívida líquida.

³ Inclui acordos da ex-AdO que no processo de cisão da AdLVT permaneceram sob sua gestão, devido ao facto de abrangerem as atividades de abastecimento e de saneamento.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 355	45 288	45 223	45 222	181 087	181 265	181 077
Sistema da Grande Lisboa	mm ³	39 722	39 722	39 722	39 722	158 889	159 317	158 978
Sistema do Oeste	mm ³	5 633	5 565	5 501	5 500	22 198	21 949	22 099
Total de efluentes faturados Outros	mm³	112	105	154	148	519	501	603
TOTAL	mm³	45 467	45 392	45 377	45 369	181 606	181 767	181 679

ATIVIDADE

181,6 Mm³

O caudal de água residual faturado foi de 181,6 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total de atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.

Dívidas de Utilizadores*		2021						
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	10 209	574	9 174	81	,	381	0

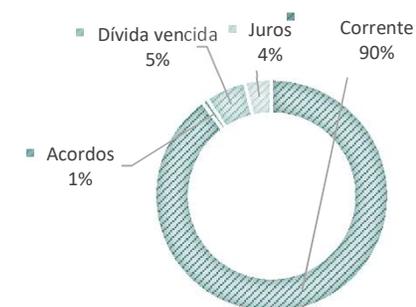
* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

10,2 M€

A dívida total dos utilizadores municipais ascende a 10,2M€, dos quais 0,6M€ é dívida vencida composta por dívidas pontuais e sem relevância, pois os clientes estão a pagar sem atrasos significativos.

Comparativamente ao orçamento verifica-se um melhoria do saldo de clientes decorrente do facto dos recebimentos estarem a ocorrer em prazo inferior ao previsto.



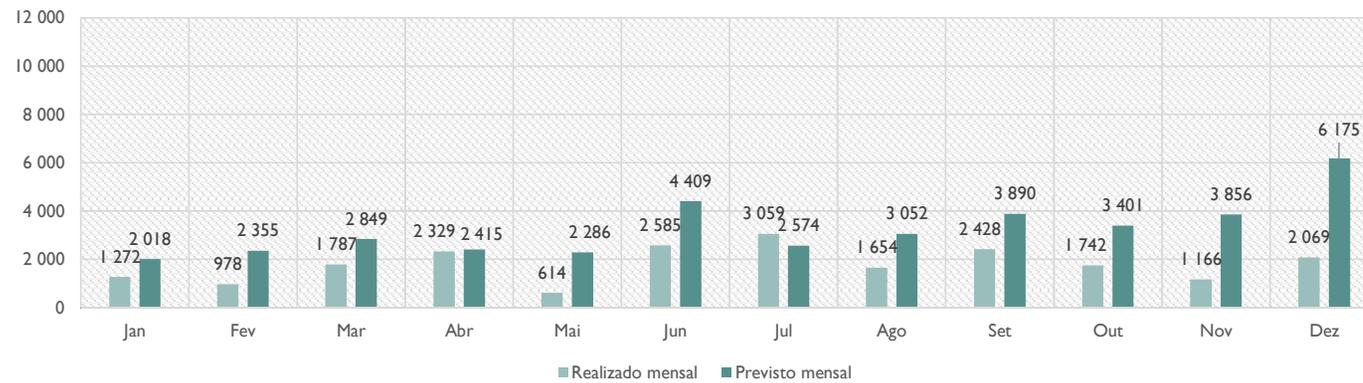
4. INVESTIMENTOS

4.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Investimento	mEur	Valor Trimestre				2021	Per.homól.	Acumulado Orçam.
		1º T	2º T	3º T	4º T			
Investimento	mEur	4 037	5 528	7 141	4 977	21 683	17 401	39 281
Saneamento ⁽¹⁾	mEur	3 980	5 506	7 129	4 794	21 408	17 279	38 890
Estrutura	mEur	57	23	13	183	275	122	390

¹ Investimento sem dedução de abates.

Investimento mensal: realizado vs previsto
mEur



INVESTIMENTO

21,7 M€

O investimento realizado no período tem um desvio de cerca de 18M€ para o previsto.

A realização mais significativa no período abrange 16,3M€ em empreitadas, 1,7M€ em outros trabalhos, tais como Estudos e Projetos, Terrenos, Fiscalização e Assessorias, e 3,7M€ em outros investimentos, tais como capitalizações, aquisições de equipamento básico e equipamento administrativo.

Investimento específico para acompanhamento ⁽¹⁾	Início Real/Previsto ⁽²⁾	Conclusão Prevista ⁽²⁾	mEur	Execução Acumulada ⁽³⁾				Execução Prevista ⁽³⁾ 2021	Execução do Ano (%)	Valor Total Previsto ⁽³⁾	
				Anterior	1º T	2º T	3º T				4º T
1 Conceção/Construção da Beneficiação FA de Chelas – Fase I	dez/19	set/22	mEur	23	0	742	2 990	4 676	2 640	64%	4 800
2 Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	jan/21	mai/22	mEur	0	0	0	949	1 163	1 624	82%	2 300
3 Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - 1ª Fase	mai/21	jun/23	mEur	0	0	0	0	0	1 385	-	4 500
4 Conceção/Construção da Beneficiação FA S.João da Talha - Fase I	set/20	abr/22	mEur	13	551	1 093	1 898	2 216	1 339	86%	2 231
5 Fornecimento e Montagem Equip.Eletromecânicos da Zona Norte	mar/21	jul/22	mEur	0	0	0	7	133	1 059	5%	1 800

¹ Fichas individuais de acompanhamento da componente empreitadas, anexas ao presente relatório.

² Datas conforme PAO2021.

³ Inclui Empreitada, Estudos e Projetos, Fiscalização, Assessoria e Outros.

5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

4.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Plano de redução de custos (PRC)		Valor Trimestre				Acumulado			
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	R 4T2020	R 4T2019	O 4T2021
EBITDA	mEur	7 662	7 850	7 971	6 569	30 051	31 209 ▼	33 127 ▼	39 272 ▼
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	mEur	9 194	9 111	8 076	8 050	34 431	38 167 ▼	41 458 ▼	29 311 ▲
(1) Custo das Vendas/ Variação dos Inventários	mEur	838	954	1 151	758	3 700	3 296 ▲	3 132 ▲	3 440 ▲
(2) Fornecimentos e Serviços Externos	mEur	7 423	7 652	8 479	8 621	32 176	30 136 ▲	27 502 ▲	35 645 ▼
(2a) Anulação do efeito dos gastos COVID	mEur	- 292	- 378	- 370	- 204	-1 245	- 731 ▼	0 ▼	- 537 ▼
(3) Gastos com o pessoal s/ indemnizações	mEur	3 118	2 772	2 714	2 835	11 439	11 273 ▲	10 842 ▲	13 689 ▼
(3b) Anulação do efeito dos gastos COVID	mEur	- 144	- 139	- 39	- 65	- 388	- 481 ▲	0 ▼	- 460 ▲
(4) Gastos Operacionais (GO) (1)+(2)+(3)	mEur	10 942	10 860	11 936	11 945	45 683	43 493 ▲	41 476 ▲	51 777 ▼
(5) Volume de Negócios (VN)⁽²⁾	mEur	20 691	20 682	20 653	20 650	82 676	83 460 ▼	83 215 ▼	82 718 ▼
(6) Peso dos Gastos (GO)/(VN) = (4)/(5)	%	53%	53%	58%	58%	55%	52% ▲	50% ▲	63% ▼
(i) Gastos com deslocações e alojamento ⁽³⁾	mEur	3	5	4	7	18	62 ▼	124 ▼	123 ▼
(ii) Gastos com ajudas de custo (G. c/Pessoal)	mEur	0	0	0	1	1	1 =	9 ▼	9 ▼
(iii) Gastos com a frota automóvel ⁽³⁾	mEur	177	185	193	229	785	729 ▲	757 ▲	865 ▼
(6) Total = (i) + (ii) + (iii)	mEur	180	190	197	237	804	793 ▲	890 ▼	997 ▼
(7) Estudos, pareceres e projetos de consultoria	mEur	5	3	4	10	22	106 ▼	105 ▼	102 ▼
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	Unid.	382	381	381	393	393	380 ▲	378 ▲	447 ▼
N.º Órgãos Sociais (CA+CF)	Unid.	10	10	10	10	10	10 =	9 ▲	10 =
N.º Cargos de Direção (CD)	Unid.	7	7	7	7	7	7 =	6 ▲	6 ▲
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) ⁽⁴⁾	Unid.	365	364	364	376	376	363 ▲	363 ▲	431 ▼
N.º Trabalhadores/ N.º CD	Unid.	52	52	52	54	54	52 ▲	61 ▼	72 ▼
Número de viaturas	Unid.	144	144	144	144	144	143 ▲	144 =	155 ▼

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Volume de negócios sem DRG e IFRIC12.

³ Recálculo.

⁴ Retificação a março/2021.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Considerando que a elaboração do Plano e Orçamento de 2021 foi efetuada ao abrigo das Instruções constantes no Despacho n.º 395/2020 do SET de 27/07/2020, que estabelece como base para perspetivar o cumprimento dos indicadores e princípios orçamentais, o maior dos valores verificados entre os anos 2019 e 2020, apresenta-se a evolução da eficiência operacional com a comparação respetiva.

Cumprimento do Despacho 395-SET		Valor Trimestre				Acumulado			Ano Referência	
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	R 4T2020	R 4T2019		O 4T2021
Gastos com pessoal⁽¹⁾	mEur	3 269	2 962	2 943	2 937	12 111	12 122 ▼	11 843 ▲	14 292 ▼	
Órgãos Sociais	mEur	98	111	93	105	407	367 ▲	337 ▲	363 ▲	
Absentismo ⁽²⁾	mEur	-	-	-	-	-280	-309 ▲	- 356 ▲	0 ▼	
G.P. (sem efeito de OS e Absentismo)	mEur					11 985	12 064 ▼	11 862 ▲	13 929 ▼	2020
Rubricas Operacionais⁽³⁾	mEur	180	190	197	237	804	793 ▲	890 ▼	997 ▼	2019
Gastos c/estud, pareceres e proj.consultoria	mEur	5	3	4	10	22	106 ▼	105 ▼	102 ▼	2020

¹ Sem efeito gastos covid, capitalizações e subsídios à exploração.

² Indicador apurado no final do exercício.

³ Valor relativo a gastos com viaturas, deslocações, alojamento e ajudas de custo.

Principais dificuldades decorrentes do contexto atual e a perspectiva do CA sobre a forma de as gerir e ultrapassar:

A situação que vivemos desde março/20 obrigou a Administração a tomar decisões complexas que alteraram rotinas e modelos de atuação, com a exigência profunda de segurança dos trabalhadores e das instalações e responsabilidade individual e coletiva.

Deparando-nos com um constrangimento operacional já estrutural, no que respeita ao reduzido número de trabalhadores nas áreas de operação e manutenção, foi necessário encontrar formas de gestão que permitissem cumprir o contrato de concessão e assegurar a nossa missão sem interrupções no serviço público, destacando-se, designadamente as seguintes medidas:

- . Colocámos a operação a funcionar em regime de rotatividade, desfasamento de turnos e com equipas de prevenção de prontidão, de modo a assegurar o tratamento das águas residuais diariamente com a qualidade exigida pelas respetivas licenças, e a continuidade do serviço, o que implicou a realização de horas de trabalho suplementar e de contratação de trabalho temporário para garantir as equipas em espelho;
- . Adequámos as equipas de manutenção e de engenharia, mantendo-as em rotação ativa e, sempre que as funções com isso fossem compatíveis, colocámos as pessoas em trabalho remoto;
- . Mantivemos cerca de 40% dos trabalhadores no ativo na “linha da frente” e 20% em reserva de prontidão;
- . Assegurámos com os fornecedores, e através de aquisições complementares, as necessidades de stocks de reagentes e equipamentos necessários para os próximos meses e capacidade para os adquirir em continuidade;
- . Reforçámos a aquisição, dotação e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – o que exigiu intensificar a comunicação interna e o acompanhamento e formação pela equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - estão asseguradas as necessidades de EPIs e materiais essenciais ao trabalho em segurança para os próximos meses;
- . Realizámos um esforço de adequação dos equipamentos informáticos, de forma a munir todos os colaboradores dos meios necessários para trabalharem remotamente – Atualmente temos 40% da força de trabalho a funcionar deslocalizadamente;
- . Aumentámos os instrumentos necessários para trabalhar remotamente, assim como a capacidade de disponibilização de Internet/ wi-fi e meios de acesso aos servidores centrais (VPN), realizando um esforço de contratação e aquisição a este nível para suprir as necessidades de uma crescente utilização e produção digital na empresa e seus trabalhadores deslocalizados;
- . Implementámos novas (e ampliadas) rotinas de limpeza e de desinfeção e contratámos equipas especializadas, nomeadamente para a realização de desinfeções extraordinárias sempre que exista necessidade ou suspeita de agentes contaminantes;
- . Criámos vias de apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar.

Foram concedidas 2 horas de trabalho suplementar adicionais para garantir o tempo necessário para cumprirem as regras de proteção individual, incluindo o equipamento de proteção individual e as desinfecções, antes e depois de iniciarem as suas funções, abrangendo todos os trabalhadores das carreiras profissionais de Técnico e de Técnico Operativo, das áreas operacionais de manutenção, de operação/exploração e de laboratório, os trabalhadores com funções de Supervisão de Equipas e aqueles que, por necessidade da empresa, tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água ou em serviço externo, que auferissem uma remuneração base mensal entre os 677€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês. O período considerado para esta remuneração suplementar durará enquanto se mantiverem as medidas de confinamento decretadas durante o estado de emergência.

Os gastos diretos incorridos com as medidas implementadas para fazer face à situação de pandemia ascendem no segundo trimestre de 2021 a 0,96 milhões de euros, dos quais: i) 30% são gastos associados às medidas relativas a recursos humanos, sendo mais representativos os gastos com equipamento de proteção e segurança, e os gastos com trabalho suplementar e, ii) 70% são gastos com limpeza e desinfecção das instalações e trabalho temporário, entre outros.

Em meados de março/2021 o Governo apresentou as medidas de desconfinamento que vigoraram entre 15 de março e 3 de maio, que constituem um processo gradual sujeito a reapreciação quinzenal em função da avaliação do risco da pandemia de COVID-19. Por ser considerado um processo a "conta-gotas", a Águas do Tejo Atlântico manteve o dever geral de confinamento e as regras que têm vigorado durante os estados de emergência, pelo que continuou a ser obrigatório o regime de trabalho remoto para todas as funções compatíveis com esta modalidade de trabalho e mantiveram-se na #linhaafrente todos os trabalhadores necessários para assegurar o cumprimento da missão da empresa.

Até finais de junho/2021, apesar de existirem alguns sinais positivos no que se refere à pandemia, nomeadamente a evolução do processo de vacinação, manteve-se o seguimento das recomendações das Autoridades de Saúde e as regras de segurança implementadas na empresa. Nessa perspetiva, deu-se continuidade ao regime de trabalho remoto para todas as funções compatíveis com esta modalidade de trabalho e os trabalhadores da #linhaafrente continuaram a assegurar o cumprimento da sua função no seu posto de trabalho.

A partir do final de setembro/2021 foram consideradas novas medidas relativas ao regime de teletrabalho, mediante a adoção preferencial da modalidade de teletrabalho parcial, garantindo o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e simultaneamente a ligação à cultura, aos compromissos e aos valores da empresa.

Contudo, em dezembro de 2021, no decurso do agravamento da pandemia e por via das medidas aprovadas pelo Governo, no sentido da recomendação da adoção do regime de teletrabalho sempre que as funções o permitam, foi decidido o regime de teletrabalho total para o período de 20 de dezembro de 2021 a 9 de janeiro 2022.

Adicionalmente, foi atribuído novo período de remuneração adicional de 2 horas ao período normal de trabalho, a título de trabalho suplementar, abrangendo todos os trabalhadores que prestam serviços essenciais, e que estejam enquadrados entre o nível M – 4 e o nível I –7, que correspondem aos vencimentos base de 677 € e 1524 €, respetivamente, num máximo de 350,00€ por mês. Esta remuneração teve efeitos de 30/12/2021 a 31/01/2022.

De salientar que a Comissão Executiva aprovou o “Plano de Reforço de Segurança AdTA 2021”, desenvolvido por todas as unidades orgânicas da empresa, que tem como objetivo incrementar a realização de ações efetivas ao nível organizacional e operacional com vista ao aumento da segurança das pessoas e das instalações, melhoria de condições para resposta à emergência, sinalização, procedimentação, formação, melhoria de competências, informação e comunicação que, não decorrendo diretamente da atual situação pandémica, será um instrumento fundamental para garantir as condições de proteção e segurança dos trabalhadores neste momento particularmente sensível.

Paralelamente mantém-se o reforço e exigência do cumprimento de todas as normas em vigor relativas ao combate à propagação da COVID-19, das medidas de prevenção que permitem a sua contenção nos locais de trabalho (e em casa), bem como o uso correto e obrigatório de máscara, de forma a mantermos a frente desta batalha ativa, sem esmorecer nem facilitar.

Em 2021, a Águas do Tejo Atlântico mantém o serviço dentro dos constrangimentos de pandemia, sem interrupções e com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas, para salvaguarda de todos os que nos rodeiam.

Sendo a nossa atividade de importância vital para a saúde e bem-estar das populações, assim como para o bom ambiente da região que servimos, em 2021 continuamos a cumprir o nosso dever com responsabilidade.

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

Ficha 1 - Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I

Ficha 2 - Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena – Fase I

Ficha 3 - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - Fase I

Ficha 4 - Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha

Ficha 5 - Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase 1

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

abr/21

-128

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 950

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

3%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

4 676

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

94%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

2

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-9

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

-7

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

[A empreitada foi consignada em 18-01-2021.](#)

[O projeto de execução foi aprovado pela Tejo Atlântico em 01-04-2021.](#)

[Encontram-se em curso os trabalhos de construção civil relativos às intervenções previstas.](#)

[O processo de procura está concluído e encontra-se em fase de conclusão a montagem dos principais equipamentos previstos.](#)

[Início da fase de arranque.](#)

[A estimativa atual do valor da obra corresponde a 103,32 % do valor de adjudicação.](#)

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Complicação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a complicação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena – fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jun/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 970

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-14%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

1 163

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

59%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

5

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-2

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

3

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos:

A Câmara Municipal reprovou os desvios de trânsito necessários para a execução dos troços em estrada, pelo que foram executados os trabalhos possíveis (extensão de 865 metros).

Está em estudo uma solução alternativa da rede viária.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico -1ª Fase

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

set/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 500 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

5 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

4 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

9 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos:

O concurso da empreitada encontra-se em fase de apreciação de propostas.

No decurso do mês de dezembro 2021 foi elaborado o Segundo Relatório Final de Análise de Propostas, tendo decorrido a audiência prévia que terminou em 15/12/2021, com a pronúncia de ambos os concorrentes.

Está em preparação o Terceiro Relatório Final.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha.

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jan/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

2 231

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

2 216

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

99%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

6

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-9

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

-3

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos registou-se o seguinte:

- 1) Foi prorrogado o prazo final da empreitada para 29/12/2021, incluindo o pré-arranque e arranque da mesma;
- 2) Concluídos todos os trabalhos de construção civil, substituição e montagens de equipamentos eletromecânicos e instalações elétricas;
- 3) Realizado o Pré-Arranque dos sistemas relativos à elevação das lamas primárias e à elevação inicial;
- 4) Realizado o respetivo Arranque e a elaboração do relatório de verificação de garantias;
- 5) Entregue e aprovada a Compilação Técnica;
- 6) Entregue e aprovados os Manuais de Operação e Manutenção e realizadas as respectivas formações;
- 7) Agendada para o dia 19/01/22 a vistoria para efeitos de receção provisória.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

dez/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jul/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 274 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-29%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

133 (milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

10%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

4 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

5 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

9 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

[Em termos de desenvolvimento dos trabalhos registou-se o seguinte:](#)

[A empreitada foi consignada em 22/07/2021.](#)

[Encontram-se aprovados a generalidade dos equipamentos previstos.](#)

[O processo de aprovisionamento continua em curso.](#)

[Foram aprovados os esquemas elétricos e os respetivos quadros.](#)

[Foi iniciada a montagem dos equipamentos previstos nesta fase.](#)

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao quarto trimestre de 2021

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao quarto trimestre de 2021, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 4º Trimestre 2021”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
- Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021;
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.
- b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, no que se refere aos seguintes aspetos:
- Plano de contratação de trabalhadores conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Plano de recuperação de custos conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 172º do Decreto-Lei n.º 75-B/2020;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

5.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e aos períodos homólogos encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 4º Trimestre 2021”.

5.2 A Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. A Entidade apresenta um PMP de 25 dias, inferior ao limite, pelo que dispensa a apresentação de dívidas aos seus fornecedores no seu site da internet. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP inferior a 40 dias, o que se verificou, encontrando-se assim em cumprimento.

5.3 Conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita ao plano de contratação de colaboradores, a Entidade encontra-se em cumprimento.

5.4 Conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita à redução ou manutenção do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, a Entidade encontra-se em incumprimento comparativamente com o exercício de 2019, não obstante de se encontrar em cumprimento face ao orçamento.

5.5 Conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita ao plano de redução de custos, a Entidade encontra-se em cumprimento quanto à manutenção ou redução dos gastos com pessoal, dos gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e estudos pareceres e projetos de consultoria..



5.6 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento.

5.7 A Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 172º do Decreto-Lei n.º 75-B/2020. Adicionalmente, conforme divulgado no Relatório de Governo Societário do exercício de 2021, a Entidade encontra-se a cumprir no exercício de 2021 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

5.8 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais.

2 de junho de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003

M
Z

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO QUARTO TRIMESTRE DE 2021 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.**

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal (CF) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA ou Entidade), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do quarto trimestre de 2021 (doravante designado por REO 4T 21).
2. A cronologia da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2021 ("PAO 2021") e seus respetivos pareceres, foi a seguinte:

	Aprovações/Pareceres	Data
	Aprovação do Conselho de Administração	21/09/2020
	Parecer do Revisor Oficial de Contas	27/10/2020
PAO 2021	Parecer do Conselho Fiscal	28/10/2020
	Aprovação em Assembleia Geral	18/03/2021
	Aprovação pela Tutela Financeira (SET)	12/11/2021
	Aprovação pela Tutela Setorial (Ambiente)	18/11/2021

3. Descrição dos factos que condicionam as nossas conclusões:

A versão do PAO de 2021, sem os impactos no âmbito do "Programa de Recuperação e Resiliência", utilizada pelo Conselho de Administração, para a elaboração deste REO 4T 21, tem as seguintes limitações:

- *Incorpora a previsão do investimento a realizar no prazo da concessão, isto é, cerca de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira apresentado). Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual.*
- *Foi elaborado numa base anual, considerando a projeção das contas semestrais executadas relativas ao primeiro semestre de 2020, as quais não tinham ainda sido auditadas.*

RESPONSABILIDADES

4. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.ºs 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial ("RJSPE"), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.

5. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 4T 21 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do quarto trimestre de 2021, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto e informação trocada com a Administração e seus Serviços e (iv) analisamos o conteúdo do “Memorando de Acompanhamento relativo ao quarto trimestre de 2021”, emitido pelo ROC da AdTA em 2 de junho de 2022.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

6. O REO 4T 21, apresenta os seguintes desvios entre os valores reais (a execução) e os orçamentados (previstos) para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira (“Balanço”) e na Demonstração de Resultados:

6.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

<i>Em mEuros</i>	4º trimestre de 2021 (Acumulado)				Desvio absoluto
	Real	%	PAO 2021	%	
Demonstração da Posição financeira					
Ativo não corrente	499 946	84%	526 870	87%	(26 924)
Ativo corrente	96 035	16%	78 436	13%	17 599
Total do ativo	595 981	100%	605 306	100%	(9 325)
Capitais próprios	115 777	19%	121 241	20%	(5 464)
Passivo não corrente	450 995	76%	451 554	75%	(559)
Passivo corrente	29 209	5%	32 511	5%	(3 302)
Total do passivo	480 204	81%	484 065	80%	(3 861)
Total dos capitais próprios e passivo	595 981	100%	605 306	100%	(9 325)
Rácio de liquidez corrente	3,3		2,4		0,9
Rácio de autonomia financeira	19%		20%		(1)
Prazo médio de recebimentos	49		60		(11)
Prazo médio de pagamentos	25		38		(13)

De acordo com o nº2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o PMP seja superior a 60 dias. Dado que a Entidade apresenta um PMP de 25 dias, este preceito legal não se aplica.

Acresce que, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP igual ou inferior a 40 dias, facto que se verificou, pelo que a Entidade cumpre com esta obrigação legal.

6.1.1 *Comentários sobre as principais variações no "Ativo não corrente" executado, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de aproximadamente, 26.9 milhões de euros*

- a) **Redução** dos "Ativos Intangíveis", face ao previsto, no montante de 12.1 milhões de euros. Este facto, resulta, nomeadamente, da variável "investimento", pois os montantes executados (investimento bruto) somente atingem 55 % do investimento previsto (em milhões de euros):

Investimento	4º trimestre de 2021 (Acumulado)		Investimento por efetuar face ao orçamento	Peso % do investimento real no PAO de 2021
	Real	PAO 2021		
Sancamento	21 408	38 890	17 482	55%
Estrutura	275	391	116	70%
Totais	21 683	39 281	17 598	55%

Para além do facto da pandemia, as razões para este desvio, estão associadas a acontecimentos ligados com a tramitação complexa dos requisitos de contratação pública e pela existência, em alguns concursos, da total ausência de oferta de serviços.

- b) **Redução** da rubrica "Desvio de recuperação de gastos ativo - Deficit", face ao previsto, no montante de 13.1 milhões de euros: A Entidade desde o segundo trimestre de 2021, que recuperou a totalidade do défice tarifário acumulado de "balanço", em resultado da acentuada redução dos gastos executados, face ao previsto, referente a "Fornecimentos e serviços externos", "Amortizações", "Gastos com pessoal" e "Impostos", além do contributo relacionado com a redução taxa de juro das OT, comparativamente ao previsto. Assim, no quarto trimestre de 2021, não existe deficit tarifário em balanço, tal como previsto, mas sim superavit tarifário em balanço, conforme nota 6.1.4 d) abaixo.

6.1.2 *Comentários sobre as principais variações no "Ativo corrente" executado, que conduziram a um aumento, face ao esperado, de 17.6 milhões de euros*

- a) **Redução** da rubrica "Clientes", face ao previsto, no montante de 6.1 milhões de euros: Em parte, esta variação é explicada pela redução do prazo médio de recebimentos da execução (49 dias) face ao previsto (60 dias).
- b) **Aumento** da rubrica "Disponibilidades", face ao previsto, no montante de 24.4 milhões de euros. Esta variação é explicada pela contração do investimento executado, face orçamento (nota 6.1.1. a.) e ao surgimento do superavit tarifário, devido às razões mencionadas nas notas 6.1.1 b) e 6.2 c), factos que têm permitido um acumular de stock de moeda, acima do esperado.

6.1.3 *Comentários sobre as principais variações nos “Capitais próprios” executados, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 5.4 milhões de euros:*

A redução dos capitais próprios, face ao previsto, resulta, nomeadamente:

- a) Para efeitos de orçamentação, foi estimado que a transação com as ações próprias (de valor nominal de 2.5 milhões de euros), ocorreria no primeiro trimestre de 2021, facto que ainda não aconteceu na execução;
- b) O desvio apresentado no “Resultado líquido” do terceiro trimestre de 2021 (desvio negativo de 2.8 milhões de euros), é explicado pela redução da taxa de juro das OT a 10 anos mais spread (3.30%), face à taxa de juro mais spread prevista (5.70%).

6.1.4 *Comentários sobre as principais variações no “Passivo”, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 3.8 milhões de euros:*

- a) A rubrica “Financiamentos obtidos” de exigibilidade corrente e não corrente, está praticamente em linha com os montantes previstos (existe um desvio favorável de 50 mil euros no conjunto da exigibilidade corrente e não corrente).
- b) Redução da rubrica “Outros passivos não correntes”, face ao previsto, no montante de 4.1 milhões de euros, a qual resulta da redução da rubrica “Passivos por impostos diferidos”, em consequência, nomeadamente, da redução executada no ativo não corrente associado ao desvio de recuperação de gastos, o qual demonstra uma evolução favorável à AdTA (nota 6.1.1.b):

Descrição em MEur.	4º trimestre de 2021 (Acumulado)		
	Real	PAO 2021	Desvio absoluto
Passivos por impostos diferidos	15 583	19 796	(4 213)
Outros passivos não correntes	569	546	23
Total	16 152	20 342	(4 190)

- c) Aumento da rubrica “Desvio de recuperação de gastos passivo - Superavit”, face ao previsto, em cerca de 6.9 milhões de euros. Considerando o referido na nota 6.1.1 b., esta rubrica na sua execução, inclui neste quarto trimestre de 2021 os seguintes movimentos:

Descrição	Em mEuros
	Real
Desvio de recuperação de gastos - Ativo (Défice):	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	2 947
Superavit gerado no quarto trimestre de 2021	(9 870)
Desvio de recuperação de gastos - Passivo (Superavit):	
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(6 923)

6.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

17

2

<i>Em milhões</i>	4º trimestre de 2021		Desvio absoluto
	(Acumulado)		
Demonstração dos resultados	Real	PAO 2021	
Prestação de serviços (saneamento)	82 676	82 718	(42)
Rédito dos serviços de construção (IFRIC 12)	21 408	37 827	(16 419)
Défice / (Superavit) tarifário	(9 870)	5 229	(15 099)
Gastos dos serviços de construção (IFRIC 12)	(21 408)	(37 827)	16 419
Custo das vendas / variação de inventário	(3 700)	(3 440)	(260)
Margem Bruta	69 106	84 507	(15 401)
Fornecimento e serviços externos	(32 176)	(35 645)	3 469
Gastos com pessoal	(11 439)	(13 689)	2 250
Amortizações	(20 700)	(24 492)	3 792
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	735		735
Outros gastos e perdas operacionais	(1 221)	(699)	(522)
Subsídios ao investimento	4 755	4 732	23
Outros rendimentos e ganhos operacionais	292	66	226
Resultados operacionais	9 352	14 780	(5 428)
Resultados financeiros	(5 777)	(5 848)	71
Impostos	175	(2 364)	2 539
Resultado líquido do período	3 750	6 568	(2 818)
Volume de negócios	82 676	82 718	(42)
EBITDA ajustado = RO + DRG + PROV + AMORT - SUBS	34 432	29 311	5 121

Da análise efetuada pelo Conselho fiscal às principais variações identificadas na demonstração dos resultados, salientamos os seguintes factos:

- a) As prestações de serviços encontram-se em linha com o orçamento;
- b) Os montantes decorrentes da aplicação da IFRIC 12 (rendimento e gastos) registam variações opostas, face ao previsto, de 16.4 milhões de euros, em virtude do referido na alínea 6.1.1 a) acima.
- c) O superavit tarifário do quarto trimestre de 2021, face ao previsto (Défice tarifário), é favorável à Entidade em aproximadamente 15 milhões de euros, o qual se deve, maioritariamente, à redução face ao previsto, nas rubricas “Amortizações”, “Fornecimento e serviços externos”, “Gastos com pessoal” e “Impostos”, de 3.7 milhões de euros, 3.4 milhões euros, 2.2 milhões de euros e 2.5 milhões de euros, respetivamente, além do impacto (“favorável”) da taxa juro das OT (mais respetivo spread) face à taxa de juro prevista conforme referido na nota 6.1.3 b).

M

z

- d) O desvio face ao previsto ocorrido na rubrica "Provisões e perdas por imparidade" (735 mil euros), é consequência da reversão da provisão constituída em 2020, relativa a juros que se estimava liquidar relativo a ação interposta pela "Massa insolvente" do fornecedor Asibel, com a qual a Entidade no decurso do primeiro semestre de 2021, chegou a um acordo.
- e) Realce que o EBITDA (Ajustado) obteve um desvio favorável à Entidade, face ao previsto, de 5.1 milhões de euros, para o qual contribui o comportamento favorável dos factos referidos na alínea 6.2 c) acima.

6.3 EFICIÊNCIA OPERACIONAL / ORIENTAÇÕES LEGAIS

Apresenta-se de seguida um resumo da evolução da eficiência operacional/orientações legais da AdTA, no quarto trimestre de 2021:

Eficiência operacional	4º trimestre de 2021 (Acumulado)		Desvio absoluto	Indicadores 31.12.2019 (Anual)
	Real	PAO 2021		
				Despacho n.º 395/2020 de SET 27/07/2020
PRC %: (b/ii)	55%	63%	(8) pp	50%
ii) GASTOS OPERACIONAIS	45 682	51 777	(6 095)	
Custo das vendas / variação de inventário (mEur)	3 700	3 440	260	
Fornecimento e serviços externos (FSE) excluído Covid (Meur):	30 931	35 108	(4 177)	
FSE totais (mEur)	32 176	35 645	(3 469)	
FSE (Covid) (Meur)	(1 245)	(537)	(708)	
Gastos com pessoal (GCP) excluído Covid (Meur):	11 051	13 229	(2 178)	
GCP totais (mEur)	11 439	13 689	(2 250)	
GCP (Covid) (Meur)	(388)	(460)	72	
ii) VOLUME DE NEGÓCIOS (*)	82 676	82 718	(42)	
OUTROS INDICADORES:				
1) Gastos com deslocação e alojamento (mEur)	18	123	(105)	
2) Gastos com ajudas de custo do pessoal (Meur)	1	9	(8)	
3) Gastos com a frota automóvel (mEur)	785	865	(80)	
Total de 1 a 3	804	997	(193)	
Gastos com estudos e pareceres e projetos /consult. (mEur)	22	102	(80)	
Nº de pessoal	393	447	(54)	
Nº de viaturas	144	155	(11)	

(*) excluindo DRG e IFRIC 12

Tendo por base o parágrafo 3.1 do Despacho 395/2020 – SET de 27 de julho de 2020 (o Despacho), e num contexto de pandemia, o critério comparativo para avaliar o cumprimento do PRC executado no quarto trimestre de 2021 (55%) deverá ser o PRC executado "anual" de 2019 (50%). Desta forma, a Entidade não cumpre com esta obrigação legal. Acresce ainda que, existe cumprimento deste indicador, face ao orçamento do quarto trimestre de 2021 (63%).

M
B

Adicionalmente, o mesmo Despacho impõe limites a determinados gastos (abaixo identificados com “A”; “B” e “C”) a ocorrer em 2021, os quais devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes executados de 2020 e 2019:

- “A” - gastos com pessoal. Na análise individual deste gasto, isto é, fora do contexto do PRC, o Despacho refere que deve ser analisado, excluindo os gastos com órgãos sociais e somando os montantes do absentismo.

Pressuposto assumido pela AdTA na análise dos gastos com pessoal:

A AdTA para efetuar a comparação homóloga analítica dos períodos de “4T2019”, “4T2020” e orçamento “O 4T2021”, respetivamente, para além do referido no Despacho, expurgou dos gastos com pessoal os efeitos (i) dos gastos suportados com o Covid 19, (ii) as capitalizações efetuadas e (iii) os subsídios à exploração, sem que este critério de cálculo, formalmente, esteja considerado no Despacho, pelo que, a sua utilização, tanto quanto sabemos, resulta da interpretação da Administração da Entidade.

- “B” - o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e os associados à frota automóvel;
- “C” - o conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria.

Da nossa análise a estes gastos, resulta o seguinte:

- *Considerando o pressuposto assumido pela AdTA no cálculo desta orientação legal, constata-se que existe o cumprimento legal de “A”, pois o montante executado no quarto trimestre de 2021 é de 11.9 milhões de euros, sendo que o montante a comparar mais elevado (quarto trimestre de 2020) é de 12 milhões de euros. Comparativamente ao orçamento para o quarto trimestre 2021 (13.9 milhões de Euros), “A” encontra-se igualmente em cumprimento (11.9 milhões de euros).*
- Cumprimento legal em “B”, pois o montante executado no quarto trimestre de 2021 é de 804 mil euros, sendo que o montante mais elevado (quarto trimestre de 2019) é de 890 mil euros. Constatase, que “B” se encontra também em cumprimento com o quarto trimestre do orçamento 2021 (997 mil euros);

M

2

- Cumprimento legal em “C”, pois o montante executado no quarto trimestre de 2021 é de 22 mil euros, sendo que o montante mais elevado (quarto trimestre de 2020) é de 106 mil euros. Constatase, que “C” se encontra também em cumprimento com o quarto trimestre do orçamento 2021 (102 mil euros);

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO QUARTO TRIMESTRE DE 2021

7. Após a nossa revisão às análises apresentadas pelo Conselho de Administração, aos desvios identificados entre os montantes executados e previstos do quarto trimestre de 2021, *com exceção dos factos referidos nas notas 3 e 6.3, acima (a “negrito”)*, nada de significativo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, referente ao quarto trimestre de 2021, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data.

Sem afetar a nossa conclusão, chamamos à atenção para os seguintes factos:

- O Conselho Fiscal apreciou, com referência a 31 de dezembro de 2021, a Certificação Legal das Contas (CLC) e o Relatório Adicional, ambos emitidos pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), em 8 de março de 2022. A CLC foi emitida sem “Reservas”, sem “Ênfases” e com “Matérias relevantes de auditoria” (a sua identificação e a respetiva síntese de abordagem de auditoria), e obtivemos do ROC, as informações de que carecemos para o exercício das nossas tarefas de fiscalização;
- Em 28 de fevereiro de 2022 a Entidade Reguladora (ERSAR) emitiu o projeto de decisão sobre o “Desvio de Recuperação de Gastos (superavit)” (DRG) para o período de 2021, o qual referia uma proposta de ajustamento, no sentido de aumentar o superavit, no montante de 5.4 milhões de euros (isto é, discorda com determinados gastos incorridos no ano de 2021). O referido projeto de decisão da ERSAR, atualmente encontra-se ainda em fase de contraditório por parte da AdTA. Sem prejuízo do processo estar ainda em curso, o Conselho de Administração tem convicção que a existir alguma correção relacionada com esta matéria esta não será materialmente relevante; e,

- O PAO 2021 foi aprovado por um Conselho de Administração da Entidade, distinto daquele que foi responsável pela sua execução. A deliberação dos novos membros (Presidente e Vogal executiva), foi efetuada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de setembro de 2021, com o recurso ao mecanismo legal da cooptação, e foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral realizada em 18 de março de 2022.

Lisboa, 03 de junho de 2022

Assinado por: **CATARINA ALEXANDRA CARVALHO**
FINS

Num. de Identificação: 11888452

Data: 2022.06.03 12:10:19+01'00'

Catarina Alexandra Carvalho Fins


Armando José de Sousa Resende

(Presidente)


Patrícia Isabel Sousa Caldeira

(Vogal)